

CRÍTICA

LIVROS

INDÍCIOS DA VIDA PRIVADA NO PAÍS DA ESCRAVIDÃO

História da vida privada no Brasil, *coleção dirigida por Fernando Novais*. Vol. 1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa, *organizado por Laura de Mello e Souza*, 524 pp. Vol. 2: Império: a corte e a modernidade nacional, *organizado por Luiz Felipe de Alencastro*, 524 pp. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

John Manuel Monteiro

Há motivos de sobra para saudar a publicação da *História da vida privada no Brasil*, coleção dirigida por Fernando Novais e editada com esmero pela Companhia das Letras. Reunindo uma fração bastante qualificada da inteligência historiográfica do país, a coleção tem o grande mérito de introduzir o leitor não especializado a um painel rico e diversificado que antes estava praticamente confinado ao circuito restrito das teses acadêmicas e das publicações especializadas.

A leitura destes volumes demonstra que a marca maior da nova historiografia é a velha e boa pesquisa documental, o trabalho detetivesco que encontra por baixo das camadas de poeira indícios a decifrar e que tira dos esconderijos personagens obscuras e misteriosas. Cada capítulo da coleção, oscilando entre a síntese da historiografia vigente e a apresentação de materiais novos, traz um amplo repertório de minúcias do dia-a-dia em tempos

passados, detalhes por vezes inesperados e fascinantes. No entanto, para além do detalhe meramente curioso, os textos mostram o esforço dos autores em estabelecer um diálogo tanto com os recortes teóricos da geração anterior quanto com a bibliografia consagrada que trata de temas da cultura brasileira.

Inspirada no seu congêneres francês — obra essa dirigida por Georges Duby e Philippe Ariès, de enorme impacto em diversos países —, a versão nacional procura, desde o início, se distanciar desta matriz européia. Embora alguns ensaios do primeiro volume se pautem por temas característicos da historiografia francesa — os ritos da vida privada, a família e o espaço doméstico, a difusão da leitura, entre outros —, o que se busca é a especificidade da formação da sociedade brasileira, onde pesam duas características marcantes: a condição colonial e a escravidão, cujos legados estão presentes na sociedade e na cultura brasileiras até hoje. Diante destas condições, fala-se até na "impossibilidade" da vida privada no país da escravidão, pelo menos no período coberto pelos dois primeiros volumes da coleção.

Qual o sentido, então, de investir tanta energia numa história da vida privada? É possível fazer uma obra geral, de síntese, sobre um campo praticamente inexistente no país? O que vem à mente é a imagem deixada pelo frei Vicente do Salvador, na primeira metade do século XVII, na citação que abre o primeiro volume, em que o Brasil já surge como uma terra onde "as coisas andam trocadas" (p. 14). Para Fernando Novais, esta passagem "emblemática" do nosso primeiro historiador revela um paradoxo da vida na Colônia, onde uma certa hipertrofia do poder privado se sobrepõe à fragilidade ou mesmo

inexistência de um espaço público, este já em pleno florescimento na Europa. No trecho citado do frei Vicente, o bispo da Bahia, recém-chegado aos trópicos, é pego de surpresa, quando suas expectativas européias dão de cara com algo totalmente contrário. De certo modo, a coleção da *História da vida privada no Brasil* espelha fielmente esta imagem. Espera-se o desenvolvimento do tema anunciado no título, porém depara-se com a repetida afirmação de que no Brasil as coisas não eram bem assim.

Não se trata, obviamente, de vender gato por lebre. Muito pelo contrário, o produto é de primeira e seu estrondoso sucesso no mercado editorial é prova disso. Contribui, de forma pioneira, para a ampla disseminação do conhecimento da história num país que reencontra, finalmente, os elementos constitutivos da sua formação cultural numa chave crítica, de questionamento. Contudo, no que diz respeito ao tema em tela — o da vida privada — a coleção deixa a desejar um tratamento mais refinado.

Para começar, a própria noção de vida privada nesta coleção sofre de certa ambigüidade ou nebulosidade. Em alguns momentos, parece se confundir com a vida íntima, no sentido daquilo que é secreto, escondido e proibido; em outros, parece se resumir no cotidiano de personagens que Sérgio Buarque de Holanda chamou, certa vez, de "figurantes mudos". Para uns, é o oposto polar da vida pública; para outros, é o império das sensibilidades e dos costumes, enfim, um ramo específico da história das mentalidades. É claro que essas são todas dimensões importantes da vida privada. Falta à coleção um horizonte mais claro, capaz de articular os capítulos num diálogo mais rico.

Este horizonte é esboçado pelo coordenador Fernando Novais logo no início do primeiro volume, aliás em consonância com a coleção francesa. A vida privada é uma condição que possui uma especificidade histórica, atingida plenamente no decorrer do século XIX pelas camadas burguesas das sociedades no Ocidente. A clara diferenciação entre a esfera privada e a pública está imbricada nas condições da modernidade, em que o delineamento do Estado moderno e a difusão da leitura desempenham papel de relevo. Para Philippe Ariès, em sua perspicaz Introdução ao terceiro volume da coleção francesa, a demarcação da vida privada também envolve um processo subjetivo, no qual o homem "lança mão de dois recursos: 1) o direito de escolher mais livremente (ou pensar que assim escolhe) sua condição,

seu estilo de vida; 2) o recolhimento junto à família, transformada em refúgio, centro do espaço privado" (p. 8). Mas este espaço privado só se estabelece após o lento acúmulo de mudanças nas "mentalidades profundas", processo posto em marcha no crepúsculo da Idade Média e que ganha velocidade a partir do século XVIII. Ariès esboça alguns "indícios" deste processo mais amplo: a devoção interior, o exame de consciência, a relação com o próprio corpo, a interiorização do pudor, as escritas pessoais, o reordenamento do espaço de vivência, enfim, muitas mudanças que "contribuem para uma nova maneira de conceber e levar a vida cotidiana, não mais ao acaso das etapas, da utilidade mais banal, ou ainda como complemento da arquitetura e da arte, e sim como uma exteriorização de si mesmo e dos valores íntimos que cada um cultiva em si" (p. 12).

Esta articulação entre a história do cotidiano e a história da vida privada dá o tom para os primeiros volumes da *História da vida privada no Brasil* — sobretudo o primeiro, que traz o subtítulo *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. No entanto, é necessário guardar a distinção entre estes dois gêneros de enfoque historiográfico. Na Conclusão do primeiro volume, a organizadora Laura de Mello e Souza vê uma certa sobreposição: "Cotidiano e vida privada se entrecruzam durante todo este volume, e às vezes é difícil separá-las justamente por ser rarefeito o espaço específico da privacidade" (p. 443). Já na Introdução do segundo volume, o organizador Luiz Felipe de Alencastro identifica um "amálgama" da vida privada e da vida cotidiana (p. 8). É importante reconhecer, no entanto, que os objetos de cada qual são radicalmente diferentes. A história do cotidiano desenvolveu-se, sobretudo na França, como um horizonte metodológico que privilegia o olhar etnográfico, freqüentemente a partir de um corte sincrônico, com a finalidade de apreender as estruturas e as mentalidades de uma comunidade, de uma sociedade, de uma civilização. Na história da vida privada, o que se privilegia são as sensibilidades do indivíduo privado, cuja intimidade não se define apenas pelo seu isolamento do espaço público, mas também e sobretudo pela descoberta da sua própria subjetividade. Um olhar é de fora para dentro, o outro é de dentro para fora; de qualquer modo, ambos os gêneros compõem o terreno de especialistas e supõem um franco diálogo interdisciplinar, seja com a antropologia, seja com a psicanálise.

Visivelmente restringidos pelas limitações da historiografia brasileira, na ausência de especialistas ou de uma tradição mesmo incipiente de estudos sobre a vida privada, os dois primeiros volumes da coleção buscam apoiar-se no que há de melhor na atual historiografia sobre a Colônia e o Império. No primeiro volume, verifica-se a presença predominante de um grupo de especialistas naquilo que se pode chamar de história da cultura, abrigando vários autores que têm contribuído, nos últimos dez ou quinze anos, para uma considerável renovação dos estudos coloniais no país. No volume sobre o Império, o peso maior — porém não exclusivo — está na história social, com especial destaque para a história social da escravidão, outra área que passou por uma expansão vertiginosa nos últimos anos. Ao mesmo tempo, outro aspecto bastante positivo que distancia estes volumes da matriz francesa é o constante diálogo com autores brasileiros consagrados, alguns dos quais desenvolveram análises pioneiras da cultura brasileira e mesmo uma espécie de história da vida privada *avant la lettre*. Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e outros são interlocutores que conferem originalidade ao projeto brasileiro, na medida em que a especificidade das condições culturais e mesmo estruturais demanda um tratamento diferenciado dos sinais emitidos pela documentação pesquisada. Assim, em vez de deitar o projeto num leito procustiano pautado pelas questões da historiografia francesa, o coordenador e os organizadores da coleção tiveram o bom senso de valorizar os elementos já desenvolvidos e ainda florescentes na historiografia brasileira.

Ainda assim, pode-se apontar certa falta de ousadia na concepção geral da obra, a começar pelo corte cronológico, que retém a tradicional seqüência dada pelos grandes períodos políticos. Apesar da defesa desta periodização na Introdução de Fernando Novais, a opção parece refletir mais o grau de especialização da disciplina, que se divide quase hermeticamente em Colônia, Império, República Velha e períodos subseqüentes. Mais séria, a meu ver, é a frouxa articulação entre os dois volumes, sobretudo no que diz respeito aos temas mais pertinentes à problemática da vida privada. Várias sementes plantadas no primeiro volume são abandonadas, quando poderiam render importantes desdobramentos nos volumes ulteriores. Assim, por exemplo, se a questão da difusão da leitura é explorada de forma criativa por Luiz Carlos Villalta

no volume sobre a Colônia, é pouco trabalhada no do Império, período marcado pela introdução da imprensa no país, pela disseminação de relatos de viajantes estrangeiros, pelo florescimento de uma literatura nacional e pela divulgação de idéias científicas, veículos todos eles importantes para uma reflexão sobre a maneira pela qual se pensava e se vivenciava a experiência da vida privada em seu sentido mais pleno. Aliás, vários autores exploram esses elementos amplamente enquanto fontes, porém são poucos e tópicos demais os comentários sobre a disseminação e a prática da leitura no Império. Do mesmo modo, o segundo volume também ressenete-se da falta de uma abordagem mais coerente das mudanças na organização do espaço doméstico, de modo a retomar pelo menos algumas das pistas oferecidas pelo capítulo de Leila Algranti no primeiro volume. Também é o caso da religião e da religiosidade, da sexualidade e da relação com o espaço interior, aquele sertão que estava tanto na frente das pessoas quanto dentro da cabeça delas. Por outro lado, a escravidão, que tem presença absolutamente dominante no segundo volume, recebe um tratamento bastante difuso no primeiro.

Na verdade, apesar do objeto comum e do esforço intermitente de alguns autores de fazer referência aos trabalhos dos outros volumes, cada qual destes fica de pé por si só. Partem de concepções distintas sobre a história e sublinham temas, processos e regiões de maneira diferente. Nenhum dos dois, no meu entender, cumpre — nem poderia cumprir — a missão de oferecer uma síntese do assunto, não pela ausência de um esforço criativo por parte dos organizadores, mas porque não há densidade suficiente na bibliografia existente. De qualquer modo, ambos os livros trazem sugestões valiosas, que podem servir para mapear o futuro deste campo ainda precoce.

Isto posto, cabe sublinhar alguns destes indícios em cada livro.

Ao delinear "os nexos entre as estruturas fundantes e o nosso modo de vida íntimo e cotidiano", Fernando Novais mostra, no texto inaugural, a especificidade das condições estruturais que balizaram a vida social e econômica da América portuguesa. Se o universo colonial está radicado naquela "zona incerta" que caracteriza a lenta transição entre a indistinção das esferas do público e do privado e a sua separação formal, já na época

das revoluções liberais, a "pré-história" da vida privada tem outras implicações no ambiente colonial. A Colônia permanece distante da Europa e as condições que favorecem a delimitação do espaço privado no Velho Continente — a cristalização do Estado moderno, a expansão da leitura, as mudanças na esfera religiosa — são tênues neste lado do Atlântico. Vários capítulos do primeiro volume reafirmam isto, mostrando um Estado distante, fraco e mesmo ausente e uma cultura letrada pouco desenvolvida antes do século XVIII. Faz-se necessário, portanto, buscar outras articulações "entre as estruturas mais gerais do universo colonial e as expressões do privado no seu cotidiano" (p. 14). Daí o desafio e a armadilha do historiador da vida privada, pois será necessário identificar aquilo que ainda está em processo de formação. Se, para o historiador do final do século XX, a constituição do Estado nacional e a separação entre o público e o privado são o ponto de chegada deste processo, esta perspectiva não fazia parte do horizonte dos que viviam nos séculos XVI a XVIII.

A fim de entender melhor a especificidade das condições na América portuguesa, Novais aproveitou o ensejo para recolocar algumas teses fundantes da historiografia referente à Colônia, passando pelo "sentido da colonização" de Caio Prado Jr., atravessando a mestiçagem de Gilberto Freyre e desembocando na sua própria contribuição original para o conhecimento do Brasil, a estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial. À primeira vista e à luz da bibliografia recente, estas formulações podem parecer um tanto desbotadas, porém ressurgem com vigor e maestria neste ensaio compacto e criativo, proporcionando, para os demais autores, um fértil campo de diálogo para uma geração imersa nas minúcias da pesquisa documental e nos meandros da micro-história. Atualiza-se, por exemplo, a formulação freyreana sobre a mestiçagem: "A miscigenação foi, assim, ao mesmo tempo, um canal de aproximação e uma forma de dominação, um espaço de amaciamento e um território de enrijecimento do sistema" (p. 28). Esta dualidade está presente nos primeiros dois volumes da coleção, explorada de forma interessante por Ronaldo Vainfas em seu capítulo sobre as "moralidades brasílicas" e reforçada nos textos sobre a escravidão no Império, proporcionando uma chave para entender as peculiaridades do processo de formação do espaço íntimo por aqui. Em ter-

mos institucionais, é a escravidão, "como relação social dominante", que dá o tom para compreender o cotidiano e a intimidade (p. 29).

Do mesmo modo, o comentário de Novais sobre a constituição da identidade é da maior relevância, pois importa saber como "isso decorre lentamente nos domínios da intimidade e do cotidiano, o que mostra, aliás, que longe de ser uma história de migalhas e futilidades, estamos aqui no núcleo fundamental de nossa constituição enquanto povo e nação, abrimos as possibilidades de compreender algo do nosso modo de ser" (p. 23). Ao identificar-se esta importante pista, falta entretanto localizá-la no tempo; aliás, o volume nos remete a um longo período informe, um pouco em função do olhar sincrônico na descrição do cotidiano, mas também em razão da dificuldade de amarrar as situações descritas às conjunturas particulares. Este tema da identidade, infelizmente, não é explorado o bastante nos capítulos do volume e só vai encontrar alguma ressonância nos textos de Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux, já no segundo volume.

Os nexos entre a estrutura e o cotidiano surgem no texto da organizadora do primeiro volume, Laura de Mello e Souza, que apresenta um ensaio original e meticuloso sobre as "formas provisórias de existência" nas áreas de fronteira da América portuguesa. Seguindo a linhagem de Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda, Mello e Souza procura no movimento para o interior algo do sentido profundo da colonização, pois, para ela, "[f]oi nos espaços abertos e nas zonas distantes que se passou boa parte da história da colonização lusitana na América" (p. 42). Leitura cativante, a descrição minuciosa e sensível das expedições acometidas por febres, feras, pestes e o medo constante do gentio — real e imaginado — proporciona, sem dúvida, um dos pontos altos da coleção inteira. No entanto, este olhar etnográfico que, a exemplo do Sérgio Buarque de Holanda de *Caminhos e fronteiras*, privilegia e valoriza o detalhe cultural muitas vezes num corte sincrônico pode perder de vista processos mais amplos no movimento da história da América portuguesa. Assim, por exemplo, a autora não faz uma distinção adequada entre as expedições de cunho particular do Séiscentos — o "século das bandeiras" — e as do século XVIII, que adquirem uma direção nitidamente oficial. Ademais, o uso de canoas, a presença de comerciantes e de escravos africanos, a presença —

ainda que frouxa — do Estado, tudo isso marca uma diferença crucial no modo de ser e de viver dos paulistas que continuaram a devassar os sertões no século XVIII. Feita esta ressalva, vale a pena destacar um outro elemento introduzido aqui e seguido pela maioria dos autores desta coleção: o tratamento carinhoso, com um cuidado quase artesanal, das fontes, muitas delas totalmente desconhecidas e que foram lidas apenas pelo pesquisador em questão.

Em contraste com o movimento pelos espaços interiores e as sociabilidades espúrias descritos no artigo de Mello e Souza, Leila Algranti desenvolve um denso capítulo sobre a vida doméstica nos centros de povoamento fixo. Menos precária, a existência nos engenhos, vilas e cidades coloniais mostra-se, contudo, bastante rústica e improvisada pelos padrões ocidentais da época, inclusive em comparação com as demais colônias americanas. Apoiando-se num amplo repertório bibliográfico, que abrange desde relatos de viajantes até monografias acadêmicas atuais, passando, é claro, pelos clássicos estudos de Alcântara Machado, Freyre e Buarque de Holanda, Algranti também lança mão de uma documentação que, embora conhecida, tem sido pouco explorada e aproveitada, com destaque para o interessante "Caderno de assentos" do coronel Costa Aguiar, cunhado dos Andradas que morava em Santos na passagem do século XVIII para o XIX. Com um olhar para o detalhe cultural, como as receitas de cura anotadas por um fazendeiro do sertão baiano ou a função das gelosias nas portas e janelas das casas urbanas, a autora tece um amplo painel do espaço doméstico de antanho. Tudo, desde a organização espacial das unidades domésticas à promiscuidade da vivência entre vizinhos, aponta precisamente para a falta de intimidade e privacidade, o que se reafirma no capítulo de Ronaldo Vainfas, quando mostra que a intimidade é vivida paradoxalmente em lugares "públicos", como no mato ou nos becos escuros, e não nos recintos do espaço doméstico. Paira no ar, contudo, a idéia de que isto vai se transformar no período subsequente, talvez em decorrência da abertura dos portos, permitindo o afluxo de novas idéias e de nova mobília. Quanto às pistas deixadas pela autora, Algranti escreve: "Somente quando novas regras de conduta, de intimidades familiares e de pudor se impuserem definitivamente aos corpos e sentimentos, é que se ordenarão os dispositivos espaciais das intimidades, seja nos lares das famílias abastadas, seja nos dos

mais pobres" (p. 110). A autora nos remete, nesse ponto, a um estudo sobre as moradias da classe operária francesa no século XIX. O leitor que deseje descobrir a resposta também não vai achá-la nos volumes 2 ou 3 da coleção. Por ora, precisamos nos contentar com a conclusão algo vaga de que "a vida privada se constrói conforme ocorre a colonização, o que reflete, muito provavelmente, mudanças nas formações familiares dos colonos" (p. 154).

Outro capítulo interessante deste primeiro volume que tem pouca seqüência nos volumes seguintes é o de Luís Mott, sobre as práticas religiosas no cotidiano colonial. Dotado de refinada sensibilidade etnográfica, Mott nos remete, por um lado, à rica tradição de estudos sobre as religiões afro-brasileiras e, por outro, a uma tradição ainda em processo de cristalização, dos estudos estribados nos documentos produzidos pelo Santo Ofício em suas devassas da vida moral, religiosa e política dos cristãos velhos e novos do mundo português afora. Mott faz uma interessante análise das condições estruturais que levaram "ao incremento da vida religiosa privada, que, na falta do controle dos párocos, abria maior espaço para desvios e heterodoxias" (p. 163). O autor chama a atenção para "dois aspectos peculiares do mundo colonial que estão a merecer maior investigação: de um lado, a tênue fronteira entre a piedade lícita e a condenada pela hierarquia, do outro, a indiferença, para não dizer comprometimento, do clero luso-brasileiro, *vis-à-vis* tais práticas supersticiosas" (p. 196). Portanto, diferentemente da Europa descrita no volume 3 da *História da vida privada* francesa, estas práticas de devoção privada tinham muito mais a ver com as características estruturais do universo colonial do que com o desenvolvimento de um processo de exame de consciência ou meditação solitária. Neste contexto marcado por intensa mistura de matrizes socioreligiosas, o autor reconstrói o fascinante mundo de rezas, benzeduras e adivinhações, elementos estes ubíquos no dia-a-dia de todas as camadas da população.

Aqui, como nos outros artigos destes volumes, as imagens completam os capítulos com informações às vezes riquíssimas: são, por exemplo, as lápides tumulares ou, num registro mais sugestivo, os demônios acéfalos nos azulejos do Convento de São Francisco em Salvador, denunciando a prática corriqueira de extravasar a raiva nas imagens sacras. Mas o melhor da pesquisa emerge dos porões da

Inquisição, no registro de acusações e confissões fascinantes, reveladoras de crenças e de práticas rituais que permitem vislumbrar algo das mentalidades que formavam o substrato da cultura luso-brasileira, em plena fase de gestação. O único problema, a meu ver, é que neste e nos outros artigos da coleção, apesar do longo desfile de personagens desconhecidas, que são os protagonistas comuns do cotidiano, não há atores nesta história, há apenas exemplos.

Os demais capítulos do volume também desenvolvem um meticuloso trabalho com fontes: Ronaldo Vainfas, com a documentação inquisitorial, reveladora dos momentos e das partes íntimas; István Jancsó, com os pasquins sediciosos; Mary del Priore, com o interessantíssimo borrador de um "senhor de decadentes engenhos", secretário da Academia Brasileira dos Renascidos, fluente em francês e, decerto, conhecedor daquilo que se pensava e se escrevia na Europa. Este documento inédito merece destaque aqui, pois constitui exemplo raro da escrita íntima, apontada por Ariès como um dos principais indícios da formação de uma sensibilidade privada. Para a autora, por meio do borrador o senhor de engenho "aclara as frestas de sua vida privada, deixando aflorar a consciência que tem de si próprio e do mundo que o cerca". No entanto, a autora não aproveita bem a fonte para mostrar esta consciência; pelo contrário, utiliza as anotações do acadêmico para ilustrar aspectos já bastante conhecidos do mundo do açúcar. O problema maior com esta abordagem — e Del Priore não é a única que faz isso — é o uso do exemplo singular para tecer um comentário generalizado sobre a sociedade. Não se pode esquecer que o autor do borrador, pelos atributos já descritos, não é exatamente um senhor de engenho típico, longe disso. Do mesmo modo, quando a autora reproduz um trecho sobre um escravo fugido para comentar a relação entre senhores e escravos, o sujeito descrito era tudo menos um fujão típico: "Moca viola a cujo som recita alguns tonilhos castelhanos. É inclinado a Baco, mas não tanto quanto a Vênus, de que foi sempre inseparável. Sabe ler e escrever, mas já com óculos [...]". Como em outros trechos citados do borrador, digase de passagem, este diz mais sobre as percepções sensíveis do autor do documento do que sobre a realidade social em si. Ainda assim, ao documentar minuciosamente os "ritos da vida privada" deste universo colonial, a autora nos brinda com um

excelente exemplo desta vertente sul-americana da história das mentalidades.

Outro texto que explora as sendas apontadas pela história da vida privada na Europa é o capítulo de Luiz Carlos Villalta, tratando com cautela e originalidade o complexo tema da língua e de sua disseminação por meio da oralidade e da escrita. Aqui, também, as condições estruturais dificultam o crescimento deste elemento crucial para o desenrolar da privacidade, aliás muito bem representado na própria capa do livro, onde encontramos "um erudito estudando em seu gabinete", sentado numa rede em pose meditativa, rodeado por livros e um globo terrestre. Villalta reconstrói a difícil propagação da língua portuguesa em São Paulo e na Amazônia, onde perduraram adaptações do tupi até um período bastante tardio, em contraste com o abandono das línguas africanas, apesar da rápida incorporação de um sem-número de vocábulos ao português falado na América. É bastante interessante uma breve incursão na história das alcunhas indígenas, em que o autor atenta para o fato de que estas são atribuídas pelos próprios colonos, como no caso do Anhangüera. E é realmente disso que se trata: os paulistas adotam a língua geral não simplesmente como resultado natural do processo de "aculturação às avessas", tão bem descrito por Sérgio Buarque de Holanda, porém antes como objeto simbólico para demarcar a sua diferença. Isto é importante quando se considera a retomada desta prática, já não como alcunha mas como nome de família ou como nome dos lugares, a partir da Independência, como é salientado por Alencastro no segundo volume. Quanto à leitura — não é demais lembrar que, ao contrário de outras colônias americanas e mesmo de colônias portuguesas em outras partes, na América portuguesa o prelo só foi introduzido quando da transferência da corte de Lisboa ao Rio de Janeiro, em 1808 —, tanto Villalta quanto Jancsó demonstram uma importante circulação de textos e de idéias, mediante novas formas de associação, como as sociedades literárias, ou por meio de práticas de leitura pública.

Em seu conjunto, o volume sobre a América portuguesa, de certo modo, mostra o amadurecimento de um grupo de historiadores com muitas afinidades. Já o segundo volume, organizado por Luiz Felipe de Alencastro, que adota o subtítulo *Império: a corte e a modernidade nacional*, apresenta um perfil muito mais heterogêneo de autores,

temas e abordagens, num recorte que privilegia, de um lado, um enfoque regional e, de outro, grupos e processos sociais. O que se esboça aqui é um amplo painel de diferentes aspectos da história social do Império, com destaque para o recrudescimento e derrocada da escravidão enquanto instituição indissociável da formação da nação.

Na Introdução, Luiz Felipe afirma que o segundo volume é construído a partir de duas matrizes bastante díspares: a primeira é *Sobrados e mucambos* — livro pioneiro na história da vida privada a ser "admirado porém não imitado", no entender do organizador — e a segunda reside no estabelecimento de uma sólida base estatística para descrever a sociedade brasileira. Mais do que um tributo à geração cliométrica, este recurso busca tornar visíveis as estruturas demográficas, econômicas e sociais que definiam os contornos da nação na segunda metade do século XIX. Cruzando de forma pioneira o *Atlas* de Cândido Mendes, de 1868, com os dados do primeiro censo nacional de 1872, graças aos recursos técnicos desenvolvidos no Laboratório de Especialização de Dados do Cebrap, o volume apresenta de maneira clara e sucinta dados que ilustram e enriquecem os textos, distribuindo os números por uma matriz cartográfica fiel ao tempo a que se refere. Solução visual inusitada, é um pouco desconcertante no início, mas após uma dezena de ocorrências o leitor até se acostuma com as dimensões coevas do país. É pena, contudo, que estes recursos não tenham sido aproveitados nos demais volumes da coleção. Nota-se no primeiro volume, por exemplo, o uso de mapas elaborados nos anos 50 (deste século) pelo geógrafo Aroldo de Azevedo, em que se adotam as fronteiras atuais do Brasil para mostrar a marcha do povoamento no período colonial. E no terceiro volume, diga-se de passagem, sente-se a falta de uma base consistente de informações sobre a urbanização e a imigração para localizar melhor as discussões desenvolvidas pelos autores.

As estatísticas demonstram, é verdade, as contradições de um país escravista, onde os indicadores da modernidade custam a aparecer. Mas é na análise do "poder privado" e seus desdobramentos para o mundo da política e a constituição do Estado nacional que se identificam mais claramente os obstáculos para o florescimento da vida privada no país. De fato, o segundo volume trabalha, sobretudo no texto introdutório de Alencastro, porém ecoado em alguns capítulos mais adiante, este tema, que é carac-

terizado num nível pela relação senhor-escravo e, de maneira mais ampla, na relação igualmente tensa entre os detentores deste poder privado e um Estado cada vez mais invasivo, primeiro esvaziando a autonomia municipal e, mais adiante, interferindo diretamente na "ordem privada escravista" por meio dos projetos ligados à lenta extinção da instituição. Se esta formulação demarca bem o binômio público-privado na esfera política, pouco nos diz, no entanto, acerca da vida privada no Império.

Esta é uma opção explícita do organizador do volume. Numa entrevista à imprensa mineira, Alencastro declarou que, "se houvesse espaço, [...] o subtítulo desse volume deveria ser 'Da Impossibilidade da Vida Privada no País do Escravismo'". Dá para concordar, até certo ponto: sem dúvida, a vida privada é impossível para os escravos e para os demais, difícil, porém longe de impossível. Ele próprio, no artigo sobre o Rio de Janeiro, apresenta indícios bastante sugestivos do desenvolvimento de uma sensibilidade burguesa entre as elites escravistas, o que também aparece em outros artigos e, de forma bastante arguta, nas belas ilustrações que adornam o volume.

O ensaio de Luiz Felipe é, de fato, muito sugestivo, abrindo diversos temas que, no mínimo, podem mapear o que há de mais instigante para pesquisas futuras. Atento para o detalhe cultural, Alencastro introduz, às vezes de forma inesperada, um conjunto de elementos para o estudo da vida privada. Mais do que um simples catálogo de curiosidades, as pistas seguidas a partir dos anúncios de jornal — na melhor tradição freyriana — fornecem um mapa para uma série de temas intrigantes a demandar investigações mais elaboradas. A difusão do "cebolão" e a regularidade do pacote de Liverpool certamente tiveram, como mostra o autor, um impacto sobre as percepções do tempo, aspecto crucial da modernidade que penetrava tanto as práticas sociais quanto os sentidos. O artigo também fala da expansão do consumo — para a "felicidade respectiva dos importadores e dos consumidores brasileiros de renda concentrada" —, aparatando as casas particulares com pianos, papéis de parede e outros objetos de mobília e decoração, elementos que denotam não apenas os sinais ostentatórios da riqueza num país de miseráveis, como também a disseminação do gosto burguês, outro indício seguro do delineamento da vida privada.

Chama a atenção aqui o uso criativo de fontes freqüentemente deixadas de lado pelos historiadores, no afã de trabalhar apenas com documentos inéditos uma vez redescobertos os cartórios. Assim, os jornais da época, cuja crescente presença no Império se manifesta de maneira difusa de capa a capa neste volume, e a nascente literatura nacional fornecem valiosas informações sobre a época. Sente-se, no entanto, a falta de uma discussão mais detalhada das representações da vida privada nos diferentes gêneros de escrita que circulavam no Império e informavam as sensibilidades burguesas em pleno florescimento, desde a literatura romântica aos relatos de viagens (não apenas de estrangeiros), ao folhetim, à crônica, à peça de teatro. Vários autores fazem menção a esta literatura e mesmo usam-na para ilustrar diferentes aspectos dos seus capítulos, porém paira no ar a questão de como eram a produção, disseminação e recepção de semelhantes obras.

Outro campo fértil, aliás já bastante discutido no Brasil, diz respeito à penetração de idéias e de movimentos de origem européia. Alencastro sugere, de maneira bastante provocativa, que três movimentos modernos — a homeopatia, o positivismo e o espiritismo — fincaram pé com uma firmeza espantosa no Brasil escravista. Qual foi o impacto destes na reformulação do espaço privado?

Enfim, são muitas as possibilidades plantadas nessa Introdução que, infelizmente, não foram utilizadas para pautar o resto do volume. Neste sentido, o livro mais parece uma coletânea de artigos com tênue articulação interna. Ainda assim, com um elenco de historiadores dos mais gabaritados, o segundo volume da *História da vida privada no Brasil* traz importantes contribuições a partir das quais se pode pensar as possibilidades e os rumos da vida privada no Império.

Desta forma, o capítulo de João José Reis constitui, certamente, outro ponto alto na coleção como um todo. Num raro *insight* para o reino das sensibilidades, Reis analisa a relação entre as preocupações com a higiene e a saúde pública, próprias dos emergentes cientistas da Faculdade de Medicina da Bahia, e as mentalidades vigentes. Ao comentar o projeto de um cemitério-modelo, já na década de 1830, o autor sublinha justamente o paradoxo — ou bem as contradições — da modernidade tropical. "No cemitério-modelo dos reformadores funerários — escreve ele — a virtude cívica substituiria a

devoção religiosa. Era um programa burguês que se recomendava a uma sociedade estamental baseada na escravidão" (p. 134). Mais adiante, ao discutir as recomendações dos médicos-cientistas com referência ao mau cheiro dos corpos mal enterrados, Reis contrasta "os narizes que, treinados na cultura funerária barroca, tinham desenvolvido devota tolerância ao fedor cadavérico" com a "nova sensibilidade olfativa" promovida pelos médicos, na sua vigilância sanitária. Afinal, "[s]alvar a pele tomava-se mais importante do que salvar a alma". Na contra-ofensiva da Igreja, no entanto, que defendia os enterros tradicionais, é um outro programa burguês que sobressai. Soltando uma enxurrada de petições e abaixo-assinados, os "signatários argumentavam como cidadãos cujos direitos constitucionais se achavam ameaçados". Fechando com ironia, o autor arremata: "Usavam a linguagem liberal para defender instituições pré-liberais" (p. 136).

O texto de João José Reis, muito mais que um mero resumo de seu livro, mostra um grande esforço em estabelecer uma pauta para o estudo da vida privada no século XIX brasileiro. Muito sugestivo, o parágrafo final do capítulo fornece um roteiro mínimo: "As mudanças no estilo de morrer refletiram e influenciaram mudanças no modo de pensar e sentir. Estava em curso um movimento de secularização da mentalidade da época, que se expressou em novas formas, não religiosas, de cultivo do espírito — hábitos de leitura, métodos de ensino, teatro etc. — e na difusão de novas formas de associação — grêmios literários, associações de classe etc. —, que ocuparam parte do terreno antes quase inteiramente ocupado pelas rezas, igrejas e irmandades" (p. 141). Infelizmente, em sua opção pelos processos e os grupos sociais, o volume perde a oportunidade de aprofundar estes aspectos da formação das elites brasileiras, alguns deles já esmiuçados na bibliografia vigente, outros à espera de um historiador.

Outro capítulo que traz reflexões originais a respeito da vida privada das elites imperiais é o rico texto de Ana Maria Mauad sobre a fotografia. Assim como sugere no título do estudo, a autora enfoca tanto a imagem quanto a auto-imagem da família imperial, dos barões do Vale do Paraíba fluminense e da camada burguesa das cidades do Segundo Reinado. Aqui, como em tantos outros capítulos desta coleção, o texto mostra um trabalho metódico e criativo com as fontes. Um exemplo disso é a interessante discussão da "cultura visual dos jornais,

revistas e das ruas", que permite "avaliar os significados atribuídos às noções de conforto e bem viver". Outro ponto forte do capítulo é o uso do "Álbum de recortes de jornais e de impressões de viajantes da Fazenda Vista Alegre", composto pelo visconde de Pimentel nos anos de 1870, "construindo uma auto-imagem que o dava como um fazendeiro próspero e empreendedor" (p. 212). Também é o caso da análise do diário particular da viscondessa de Arcozello, que "dá uma visão mais intimista da vida na região [do Vale do Paraíba]" (p. 214). De fato, proporciona um olhar para a vida privada numa próspera propriedade rural, que o leitor pode comparar com o borrador do acadêmico baiano do século anterior, mencionado acima. O capítulo encerra com a análise de duas coleções particulares de fotos, mostrando a nova importância da família como foco do espaço privado.

As elites imperiais também compõem o objeto do capítulo de Kátia de Queirós Mattoso. Os números desempenham papel importante no texto desta autora, que se debruça sobre as fortunas arroladas em testamentos e inventários oitocentistas na Bahia. Aqui, como nos outros artigos da coleção, há uma história complementar nas ilustrações, que completam de forma bastante rica o conteúdo dos capítulos. Este é especialmente o caso no artigo de João José Reis, em que as imagens já bem conhecidas de Debret, mostrando velórios e enterros, ganham uma outra consistência quando apresentadas neste novo contexto. No texto de Kátia Mattoso, cabe observar, por exemplo, a ilustração de uma "casa particular na Bahia" em 1861, da autoria de Victor Frond, evocativa das casas burguesas da Europa nesse mesmo período, ou a foto de uma sala de jantar restaurada numa grande fazenda cafeeira do Vale do Paraíba fluminense. Não há, no entanto, um desdobramento destas informações visuais, que seria importante para complementar o capítulo de Leila Algranti, no primeiro volume, sobre a organização do espaço doméstico. Também desperta a curiosidade uma reprodução da capa de um *Almanach das Senhoras para 1875*, publicação portuguesa que circulava entre as elites brasileiras, segundo informa a legenda.

O que mais chama a atenção, contudo, é o caráter contrastante da iconografia nas páginas deste mesmo capítulo: quando o texto versa sobre as fortunas, as imagens ilustrando o fausto baiano são intercaladas por outras martelando as teclas da miséria, da mendicância e da exclusão social.

A mensagem está clara, porém se subtrai do objetivo do capítulo, que é o de estudar a composição da riqueza das elites baianas. Esta preocupação reflete, sem dúvida, a gravitação dos estudos históricos para um enfoque sobre o "homem comum", no decorrer dos últimos anos, numa reação justa contra a sua exclusão na historiografia da "grande narrativa" política e institucional ou, ainda, no caso brasileiro, a ascendência de uma história estrutural, sem atores. No caso particular da vida privada no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao período tratado neste volume, o enfoque recai necessariamente sobre as elites, como agentes passivos e ativos do modo novo de viver, pensar e sentir que triunfou no Ocidente durante o século XIX. Mas os historiadores hoje tendem a evitar o estudo pormenorizado das elites, talvez por considerarem que estas já foram os donos da história, talvez pelo receio de serem considerados elitistas eles próprios.

Esse "homem comum" emerge com vigor nos capítulos de Robert Slenes e de Hebe Castro e, em certo sentido, também no tratamento dispensado aos imigrantes alemães por Maria Luiza Renaux. A escravidão proporciona o foco dos capítulos de Slenes e Castro, que tocam apenas marginalmente na temática da vida privada, como nos encontros íntimos entre senhores e escravas ou na interessante discussão do "direito privado". Os textos não deixam de ser ilustrativos, contudo, na medida em que exemplificam uma importante vertente da historiografia atual, trazendo à tona as vivências históricas protagonizadas por personagens cujas histórias de vida estão guardadas nas linhas e entrelinhas dos papéis arquivados e esquecidos desde há muito. De fato, a exploração das fontes cartoriais, abrangendo inventários, testamentos, processos-crimes e cíveis, registros de vendas, cartas de alforria e tantas outras preciosidades "que Rui Barbosa não queimou" — referência a um artigo já bastante conhecido de Slenes —, tem suscitado uma espécie de reviravolta na história da escravidão, em que escravos, libertos e outros "subalternos" emergem como agentes da sua própria história. Depois de seguir a trajetória destes novos sujeitos da história, minuciosamente reconstituída pelos autores, cabe a mesma observação já registrada acima: às vezes estes protagonistas do dia-a-dia mais parecem exemplos do que atores propriamente ditos.

O capítulo final deste volume, com o emblemático título "O fim das casas-grandes", traz um estudo

original de Evaldo Cabral de Mello, baseado em dois documentos característicos dos novos padrões de intimidade e de vida familiar que penetram as frestas de um sistema escravista em franca desagregação. Ao estudar a memória escrita por João Alfredo e o diário íntimo do barão de Goicana, o autor nos remete ao miolo do espaço doméstico de duas grandes famílias, zona de refúgio privado destas personagens destacadas na vida pública do Império. Chama a atenção a importância do diário, já observada no capítulo de Ana Maria Mauad. Os diários íntimos são raros no Brasil, é verdade, porém não apenas em função das taxas de alfabetização baixas ou da existência do confessionalismo católico, como sugerem alguns autores; deve-se lembrar, também, que nos países onde eles abundam, como a Inglaterra ou os Estados Unidos, existe a prática de guardar os arquivos pessoais de forma mais assídua, geralmente incorporados às bibliotecas e arquivos das universidades e de outras instituições, públicas ou particulares, que os tornam mais acessíveis e visíveis. Sejam muitos ou poucos, o que importa é que este gênero se caracteriza, no século XIX, como uma manifestação bastante clara da vontade burguesa de separar nitidamente o pessoal — ou privado — do público, pelo menos de acordo com Peter Gay, cujo monumental *Educação dos sentidos* certamente faz falta neste volume. Ao esmiuçar o diário íntimo do barão de Goicana ao longo de um período de quatro anos, Cabral de Mello apresenta detalhes ricos que permitem vislumbrar o dia-a-dia de uma casa-grande pernambucana sob a ótica de um patriarca. O diário não é apenas um registro de eventos exteriores, mas antes surge de uma reflexão a partir da subjetividade do escritor; ele, na verdade, deve ser para o historiador o assunto principal do diário, e não aquilo que ele observa e

comenta. Assim, por exemplo, se os registros sobre a medicina ilustram, de forma importante, a penetração e o alcance da homeopatia neste período, também denunciam uma nascente preocupação com o próprio corpo que, reforçada pela circulação de noções a respeito da higiene e da saúde pública, representa um passo decisivo na constituição da subjetividade burguesa.

Podemos concluir afirmando que, no seu conjunto, os dois primeiros volumes da *História da vida privada no Brasil* oferecem um amplo e diversificado painel das origens desta nação. Mas é importante levar em conta que a coleção representa um ponto de partida e não de chegada. Abre diversas trilhas para novas indagações, que dependem em última instância de pesquisas inovadoras e uma maior especialização (inclusive interdisciplinar) em temas ligados à vida privada. Ainda assim, o leitor que percorrer com interesse e paciência estas páginas terá sua recompensa: são poucos os livros de história que conseguem traduzir, em textos e imagens, o saber erudito da academia e o registro fragmentado da pesquisa em arquivos para uma linguagem mais acessível, capaz de inspirar a curiosidade e a reflexão de não-especialistas. E isto, para os historiadores pelo menos, é alentador. Parece brotar, de fato, neste povo sem memória, nesta cultura do esquecimento, um vivo interesse pelo passado, pelas origens daquilo que, poucas gerações atrás, se chamava de civilização brasileira.

John Manuel Monteiro é professor da Unicamp e pesquisador do Cebrap. Publicou nesta revista "Caçando com gato. Raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr." (nº 38).